

LENDÔ E ESCREVENDO A CIDADE COM CRIANÇAS: UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MARICÁ COMO UM (CON)TEXTO ALFABETIZADOR

READING AND WRITING THE CITY WITH CHILDREN: A STUDY OF THE CITY OF MARICÁ AS A LITERACY (CON)TEXT

LEER Y ESCRIBIR LA CIUDAD CON LOS NIÑOS: UN ESTUDIO DE LA CIUDAD DE MARICÁ COMO (CON)TEXTO DE ALFABETIZACIÓN

Tamara de Oliveira Silva¹

Maria Tereza Goudard Tavares²

RESUMO

Este artigo baseia-se em uma pesquisa desenvolvida em um Programa de Educação e vincula-se à linha de Políticas, Direitos e Desigualdades, tendo como objetivo investigar a mobilidade e as práticas espaciais de um grupo de crianças e estudantes de uma escola pública no município de Maricá/RJ. Sua fundamentação teórico-metodológica se orientou pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, a partir de estudos bibliográficos e na pesquisa participativa, de caráter etnográfico com crianças, utilizando procedimentos metodológicos como a escuta de narrativas infantis, seus desenhos, suas escritas e fotografias. O estudo teve como referencial de investigação a obra *Geografia das Infâncias* (Lopes, 2008, 2013), visando aprofundar a concepção de que o espaço geográfico integra um componente significativo na formação humana. Além disso, entende-se que as leituras de mundo das crianças a respeito da cidade na qual vivem e exercem suas práticas espaciais devem ser problematizadas em seus processos de escolarização, sendo a escola pública um componente territorial fundamental para o aprofundamento do olhar para a cidade, compreendida nesta pesquisa como um “livro de espaços” (Tavares, 2003), propiciando a experiência de *leitura de mundo*, conforme nos ensina Paulo Freire (1986).

Palavras-chave: tríade criança, cidade e escola; Direito à cidade; Infâncias e território.

ABSTRACT

This article is based on research carried out in an Education Programme and is linked to the line of Policies, Rights and Inequalities. Its aim was to investigate the mobility and spatial practices of a group of children and students from a public school in the municipality of Maricá/RJ. Its theoretical-methodological foundation was guided by the assumptions of qualitative research, based on bibliographical studies and participatory, ethnographic research with children, using methodological procedures such as listening to children's narratives, their drawings, writings and photographs. The study was based on the work *Geografia das Infâncias* (Geography of Childhood) (Lopes, 2008, 2013), with the aim of deepening the concept that geographical space is a significant component in human formation. In addition, it is understood that children's readings of the city in which they live and exercise their spatial practices should be problematised in their schooling processes, with the public school being a fundamental territorial component for deepening their view of the city, understood in this research as a 'book of spaces' (Tavares, 2003), providing the experience of reading the world, as Paulo Freire (1986) teaches us.

Keywords: child, city and school triad; right to the city; childhood and territory.

RESUMEN

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro – Brasil – <https://orcid.org/0009-0008-8760-1920> – tamara.geo@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro – Brasil – <http://orcid.org/0000-0002-9856-5098> – mtgtavares@yahoo.com.br

Este artículo se basa en una investigación realizada en un Programa de Educación y está vinculado a la línea de Políticas, Derechos y Desigualdades. Su objetivo fue investigar la movilidad y las prácticas espaciales de un grupo de niños y estudiantes de una escuela pública del municipio de Maricá/RJ. Su fundamentación teórico-metodológica se orientó por las premisas de la investigación cualitativa, basada en estudios bibliográficos e investigación participativa y etnográfica con niños, utilizando procedimientos metodológicos como la escucha de las narrativas de los niños, sus dibujos, escritos y fotografías. El estudio se basó en la obra *Geografía das Infâncias* (*Geografía de las Infancias*) (Lopes, 2008, 2013), con el objetivo de profundizar el concepto de que el espacio geográfico es un componente significativo en la formación humana. Además, se entiende que las lecturas de los niños sobre la ciudad en la que viven y ejercen sus prácticas espaciales deben ser problematizadas en sus procesos de escolarización, siendo la escuela pública un componente territorial fundamental para profundizar su visión de la ciudad, entendida en esta investigación como un «libro de espacios» (Tavares, 2003), proporcionando la experiencia de leer el mundo, como nos enseña Paulo Freire (1986).

Palabras clave: tríada niño, ciudad y escuela; derecho a la ciudad; infancia y territorio

Submetido para publicação: 02/07/2025
Aceito para publicação: 16/12/2025

INTRODUÇÃO

O presente artigo é derivado de uma dissertação defendida em junho de 2024, cujo objetivo implicou em refletir a respeito dos impactos da cidade na construção da cidadania infantil, investigando componentes territoriais de processos educativos de crianças na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), mais especificamente, na cidade de Maricá/RJ.

Com base em sua fundamentação teórica e metodológica, o artigo em tela busca refletir sobre/com as crianças e sua relação com a cidade, tomando como referência as suas narrativas e relacionando-as com o processo de urbanização do Brasil, principalmente com os efeitos dessa urbanização na vida das crianças, principalmente no município de Maricá, no leste metropolitano do Estado do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista epistemológico e conceitual, o estudo tem como referência a obra *Geografia das Infâncias* (Lopes, 2008), o conceito de educabilidade, de Paulo Freire (1996), bem como os estudos das infâncias e o direito à cidade de Tavares (2003), visando aprofundar a concepção de que o espaço geográfico integra um componente territorial e existencial fundamental na/da formação humana. No intuito de dar maior concretude e visibilidade aos seus objetivos, o artigo foi estruturado em quatro seções: a presente introdução e três seções, nas quais são apresentados os aportes teóricos e metodológicos da pesquisa, em especial a relação das crianças com a cidade de Maricá, sobretudo as oficinas realizadas na escola pública— contexto da pesquisa. Nas considerações finais, longe de conclusões definitivas,

buscamos elencar alguns desafios e *achados* da pesquisa, esperando que o seu aprofundamento em textos e pesquisas subsequentes possibilitem a abertura de espaços epistemológicos e políticos para a realização de investigações que coloquem em diálogo a tríade infância, cidade e escola.

INFÂNCIAS NA CIDADE DE MARICÁ

De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e setente maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas
(Calvino, 1994)

Inicialmente, destacamos a importância contextual da pesquisa para compreender os processos sociais e de urbanização no Brasil, principalmente na cidade de Maricá. Nesse sentido, este estudo buscou investigar práticas espaciais de um grupo de crianças que vivem e estudam em Maricá, compreendidos como sujeitos históricos, situados no contexto urbano no qual vivem, contribuindo para despertar a sua visão crítica a respeito do espaço habitado.

Sobre o contexto urbano, principalmente sobre o direito à cidade e os diferentes usos que os sujeitos conferem a ela, em diálogo com Milton Santos, entendemos que a dimensão política e epistêmica de investigar o espaço urbano, tomando-o em sua densidade analítica e comprehensiva, nos leva a problematizar a *organização capitalista do espaço* (2004), o que atribui uma singularidade ao processo de urbanização brasileira, marcado especialmente pelas determinações estruturantes de nossa formação socioespacial, que ao ressoar no presente, refletem e refratam os modos de uso do espaço urbano, denunciando/anunciando as condições atuais do desenvolvimento capitalista e seus impactos na organização do espaço vivido(Santos, 2004).

Com relação às crianças e suas práticas espaciais em Maricá, buscamos refletir sobre suas relações com a cidade, tomando como referência suas narrativas e relacionando-as ao processo de urbanização brasileira — especialmente os componentes territoriais que denunciam um modelo de urbanidade indiferente às crianças (Tavares, 2003). Já Maricato (2003, p. 151) aponta que o processo de urbanização do Brasil ocorreu praticamente ao longo do século XX. No entanto, a autora ressalta que, contrariando expectativas, o universo urbano não superou heranças dos períodos colonial e imperial, marcadas pela concentração de terra, renda e poder, marcado pelas práticas coronelísticas, pela política do favor e pela aplicação arbitrária da lei.

Martins (1994) assevera que a sociedade brasileira, por sua historicidade lenta, permite uma análise dos fenômenos sociais orientada pela identificação de estruturas fundamentais do passado que permanecem ativas no contemporâneo. O autor defende ainda que uma sociologia da história lenta não apenas revela tais continuidades, mas também integra à interpretação social instituições, valores e concepções enraizados em relações pretéritas – os quais, embora originados em contextos históricos específicos, adquiriram autonomia e ressignificação no presente (Martins, 1994).

E ainda segundo a urbanista Hermínia Maricato (2003), o imaginário urbano brasileiro do século XX consolidou-se a partir de mazelas socioambientais (violência urbana, poluição, marginalização infantil, dentre outras.). Assim, a pesquisa parte do pressuposto de que as crianças experienciam, mas não decifram criticamente tais fenômenos. Por isso, buscou-se co-construir com elas uma compreensão crítica das imagens urbanas percebidas e das estruturas históricas que as sustentam.

Gualberto e Silva (2019) fundamentam uma tese central problematizada nesta pesquisa: o espaço urbano capitalista opera como mecanismo de diferenciação social, moldando acesso, usos e representações conforme a posição de classe – inclusive em suas fragmentações internas. Paralelamente, a própria cidadania torna-se produto dessa geografia desigual, com o território atuando como filtro de direitos.

Nessa perspectiva, fomos instigadas também a problematizar com as crianças, por exemplo, quais tipos de residências estão presentes nos bairros de suas moradias, o que elas entendem acerca de classes sociais, se era possível identificar a partir das residências as classes sociais das pessoas que moram no bairro, quais as prováveis profissões dessas pessoas que lá vivem, quais tipos de infraestrutura existem no bairro, por onde transitam as pessoas que moram naquele bairro e quais tipos de lazeres são usufruídos por elas.

Compreender um pouco da história do município de Maricá permitiu às crianças parceiras da pesquisa refletirem a respeito das mudanças que ocorreram na cidade e as situações que permanecem no tempo presente, além de buscar compreender como vivem as pessoas, onde trabalham e como sobrevivem. Estudar as infâncias na cidade, investigar/explorar seu conhecimento prévio, relacionar a outros conhecimentos, a noção espacial, a realidade vivida por elas nos faz pensar como Gomes (2014), que propõe:

Uma abordagem geográfica sobre a educação não pode se limitar a questões pertinentes à geografia escolar. Por mais que em outros campos disciplinares a dimensão espacial tem se feito valer cada vez mais nas análises de fenômenos educacionais, entendemos que a geografia possa contribuir sobremaneira para o

entendimento de uma espacialidade da educação, haja visto todo o seu manancial teórico (Gomes, 2014, p. 69).

Pensar a relação entre infâncias e cidade e a “educação além dos muros”, proposta por Gomes (2014, p. 70), nos faz refletir a respeito dos múltiplos espaços e práticas educativas extramuros. O autor afirma que “ainda que sejam em maior parte concebidas no interior de movimentos sociais, tais práticas dizem respeito a toda e qualquer transmissão não formal de conhecimento que não seja atrelada à educação formal escolar”.

No tocante à importância de estudar as infâncias na cidade, cabe destacar que, nas primeiras décadas do século XXI, a sociedade brasileira passou a viver predominantemente nas cidades, constituindo uma sociedade fundamentalmente urbana, especialmente porque no contexto atual mais de 84% da população vive nas cidades (PNAD, 2015).

Quando nos referimos às infâncias no Brasil, podemos observar que a porcentagem desse contingente populacional ainda é bem significativa, tendo como exemplo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNAD), que estimou haver no Brasil 35,5 milhões de crianças (pessoas de até 12 anos de idade), o que corresponde a uma estimativa de 17,1% da população brasileira, equivalente a cerca de 207 milhões de pessoas no ano de 2018 (IBGE EDUCA, 2018).

A partir de memórias de infância sobre Maricá, observamos como, nas últimas três décadas, a cidade transformou-se demográfica e urbanisticamente, enfrentando crescimento populacional e imobiliário acelerado, investimentos em sua infraestrutura e redução de áreas verdes. Esse processo, conforme assevera Quevedo (2018), reflete a expansão e compactação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que impulsionou rápida urbanização e contínua metamorfose do município (Quevedo, 2018).

No que se refere ao aumento populacional na cidade de Maricá e a importância de estudar as espacialidades das infâncias na cidade, cabe descrever, de forma resumida, um pouco da sua história

O município, desde sua colonização no século XVI até o início do século XX, foi predominantemente rural. A atividade da cana-de-açúcar foi responsável pela implantação das grandes fazendas escravocratas que foram resultados da doação de sesmarias. A partir do final do século XIX, com a crise sobre a agricultura, a cidade passou a ser objeto de interesse de capital imobiliário especulativo e a partir de 1945, com a expansão da malha urbana da metrópole do Rio de Janeiro, tornou-se destino de veraneio de uma classe média urbana emergente do Rio de Janeiro e Niterói. Não obstante, a inauguração da Ponte Rio-Niterói, em 1974, levou a um aumento significativo no número de parcelamentos e residências de veraneio em Maricá, permitindo que, com a diminuição do tempo de viagem até o Rio de Janeiro, o município passasse a ser considerado como opção de moradia pelos veranistas (Quevedo, 2018, p. 26).

O município de Maricá vem passando por mudanças em sua organização espacial e demográfica, com uma população estimada em 197.277 pessoas (IBGE, 2022). Se compararmos com o último Censo (IBGE, 2010), no qual a população registrada era de 127.461 pessoas, observamos que houve um aumento significativo em um período aproximado de doze anos. Esse aumento corresponde a cerca de 36% de pessoas que imigraram e nasceram no município. Comparando com o Censo demográfico de 2000, que somava 76.737 habitantes, o número de habitantes no município mais do que dobrou nas últimas décadas.

Observando o aumento populacional a partir das memórias, dos dados coletados e do crescimento no número de residências, este artigo também busca discutir as recordações afetivas da infância, quando grande parte do “tempo livre” era dedicada à exploração da cidade como um “livro de espaços” (Tavares, 2003), um lugar de brincadeiras e afetos. Esse interesse motivou o desejo de compreender a leitura e a relação afetiva dos estudantes com o seu lugar, com o seu “território praticado” (Santos, 1996).

Para Lopes (2013), o lugar – entendido como a relação afetiva que as pessoas estabelecem com o espaço - assume um papel central nas pesquisas. O espaço e a noção de topofilia - conceitos desenvolvidos por Tuan - ganharam notoriedade não só na Geografia, mas também em outros campos de conhecimento. Lopes afirma que o termo topofilia passou a ser considerado o elo efetivo entre a pessoa e o ambiente físico, destacando a diferença entre “espaço” e “lugar”, em que “espaço” é mais abstrato do que ‘lugar’.

Para dar mais densidade analítica a nossa pesquisa, utilizamos a contribuição do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (2015), ao apresentar a Geografia como um campo de estudos que oferece esperança, pois a terra é o lar das pessoas e dos seres humanos. Esse entendimento do autor nos remete ao verbo *esperançar*, evidenciado na práxis e obra de Paulo Freire.

É interessante comparar que a infância vivida na cidade foi significativamente diferente do cenário atual, marcado por menos violência e menos exposição às telas digitais, além de uma menor obrigação de preencher o “tempo livre” com múltiplas atividades. Segundo o sociólogo Manuel Sarmento (2013), nunca o valor da “autonomia” e da “cidadania” infantil foi tão amplamente proclamado, e nunca o espaço-tempo das crianças foi tão restrito, com sobreocupação em atividades diversas, sob o controle de adultos e limitação da circulação no espaço urbano devido à influência da indústria cultural, incluindo jogos eletrônicos e outros produtos do mercado cultural eletrônico.

Assim, tornou-se crucial entender a circulação das infâncias em Maricá para compreender o fenômeno urbano no contexto espacial delimitado pela pesquisa, e como a

leitura da cidade pode ser fundamental para o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças, especialmente porque a maioria reside em áreas urbanas, mas sem exercer o seu direito à cidade.

Na pesquisa, o propósito foi também refletir e discutir o conceito de “conscientização” que Paulo Freire (1979) emprega em suas discussões referentes à educação, pois afirma que a educação como uma prática da liberdade implica um ato de conhecimento reflexivo, uma aproximação crítica da realidade. A proposta da pesquisa foi compreender a visão de mundo das crianças a partir da realidade delas, por meio das narrativas a respeito da cidade, e investigar como essas concepções podem ser favorecedoras para o ensino e aprendizagem e aproximação crítica do contexto de suas realidades, visto que são estudantes que vivenciam as características das áreas urbanas nas quais vivem. E nos parece que a partir desta prática, os/as docentes compreendem melhor os aspectos sociais e culturais nos quais estão inseridos, sendo possível se entender como parte do contexto urbano.

Desta forma – compreendendo como parte do processo de mudança da educação –, a pesquisa intenta investigar a espacialidade das crianças de uma escola pública majoritariamente frequentada por estudantes de classes populares urbanas, intencionando refletir acerca do seu contexto urbano e o seu direito à cidade (Tavares, 2003).

Em nossa proposta, buscamos compreender as infâncias enquanto ser-que-é, conforme teorizado por Sarmento (2013). O autor defende uma abordagem que valoriza a completude das competências e disposições infantis, centrando-se no *ser-criança* – e não na visão tradicional da criança como "projeto de adulto". Essa perspectiva, permite analisar os mundos infantis a partir de sua realidade concreta, promovendo uma escuta ativa das vozes das crianças como acesso aos significados de seus mundos vividos, o reconhecimento da criança como ser pleno e competente, sujeito de direitos e, por fim, a aceitação de sua diferença ontológica em relação ao adulto.

Portanto, compreender a visão de mundo infantil através de narrativas é tão crucial quanto a decodificação textual. Nessa perspectiva, Freire (2017) fundamenta que a leitura do mundo antecede e fundamenta a leitura da palavra, pois alfabetizar-se transcende a técnica: é aprender a interpretar criticamente a realidade, estabelecendo uma relação dialética entre linguagem e contexto social. O autor complementa (Freire, 1979) que esse processo exige ultrapassar a compreensão espontânea da realidade para alcançar um estágio de conscientização – onde o mundo se torna objeto de conhecimento e o ser humano assume uma postura epistemológica ativa (Freire, 2017; 1979).

Além de despertar a criticidade das crianças, Freire (1979, p.15) afirma que “a consciência é como um teste da realidade”, e está baseada na relação consciência-mundo. Neste

aspecto, a conscientização é um compromisso histórico, e a inserção crítica na história acarreta que homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Compreendendo as infâncias em seu papel de sujeitos de direitos, buscamos visibilizá-las e colocá-las como protagonistas no contexto urbano e histórico. E no diálogo com Sarmento (2013), aprendemos que visibilizar a infância como objeto de conhecimento sociológico só se tornou possível enquanto ação claramente afirmada numa orientação emancipatória e contra hegemônica, que se realiza no interior da própria ciência, tanto quanto no terreno da luta social pelos seus direitos.

Refletindo sobre a infância contemporânea como sujeito de direitos e a complexificação da alfabetização cidadã, Tavares (2013) assinala que a cidade opera com a multiplicidade de fluxos que a constituem, sendo que a heterogeneidade desses fluxos, semióticos, textuais, imagéticos, corporais se entrelaçam, constituindo uma mídia poderosa que atravessa a percepção dos sujeitos citadinos. Essa dinâmica, argumenta a autora, exige novas formas de percepção e leitura do espaço urbano – um processo de alfabetização semiótica que, em diálogo com Freire (2013), potencializa a decifração crítica dos códigos socioantropológicos inscritos na cidade (Tavares, 2013).

Tavares (2003) complementa que aprender a reparar a cidade exige reconhecer a multiplicidade de fluxos significativos que a constituem – comunicacionais, políticos, econômicos, disciplinares, corporais e ritualísticos. A autora enfatiza que a heterogeneidade desses fluxos e seu impacto nas subjetividades contemporâneas demandam que vivenciamos e reflitamos sobre o espaço urbano como lócus privilegiado de educação. De acordo com essa concepção, seria a cidade um dos lugares da co-educação, pois “quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado”(Santos, 1996, p.83).

Desta forma, a presente pesquisa buscou identificar no espaço escolar de que forma a experiência dos estudantes no espaço urbano pode potencializar suas educabilidades, tornando-os mais sensíveis e reflexivos acerca de seus papéis na atual sociedade urbana.

Quanto à espacialidade da criança, a partir da Geografia das Infâncias, Lopes (2013) situa que a Geografia das Infâncias emerge nos anos 1970 ancorada na Geografia Humanista – matriz que nos orienta a mapear como as crianças de Maricá percebem e representam espaços urbanos em transformação; respeitam a singularidade de suas experiências espaciais; e contextualizam tais vivências nos coletivos culturais que as moldam. Sob esta perspectiva,

ressaltamos o mundo vivido das crianças que são sujeitos da pesquisa com seus olhares e percepções da cidade em que vivem.

Conforme Lopes (2013), o estudo geográfico do Outro e de seu espaço vivido constitui eixo central dessa abordagem, alicerçada na Fenomenologia e no Existencialismo. Diante disso, compreendemos a necessidade de aprofundar tais fundamentos na pesquisa. Para operacionalizá-los, realizamos um recorte inicial baseado em gênero, faixa etária e condições econômicas, utilizando como fonte as fichas de matrícula escolar.

Lopes (2013) destaca que o final dos anos 1980 e a década de 1990 testemunharam avanços significativos nos instrumentos políticos e legais que reconhecem crianças como sujeitos de direitos – como a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), avanços esses, argumenta o autor, que reconfiguraram os estatutos sociais da infância ao consolidar o direito da criança ao espaço.

Nesse contexto, a Geografia das Infâncias passa a incorporar com maior ênfase a noção de território como direito politicamente definido – eixo central de nossa análise sobre Maricá.

Novamente Lopes (2013) argumenta que, apesar da continuidade de abordagens anteriores, a noção de território consolida-se como categoria interpretativa mais adequada às novas demandas da Geografia das Infâncias. Segundo o autor, essa centralidade deve-se à capacidade do conceito em decifrar inquietações e lutas contemporâneas em torno dos espaços infantis.

Reitera-se que o cerne desta pesquisa foi compreender a visão de mundo das crianças participantes a partir de suas realidades e narrativas sobre a cidade. Investigar a relação infância-cidade constitui, em nossa perspectiva, um caminho teórico-metodológico fundamental para ensinar e aprender a vida urbana e o direito à cidade. Nesse processo, refletir sobre o conceito de "conscientização" de Freire (1979) configurou-se como um compromisso histórico, pois quanto maior a conscientização, mais se efetiva o desvelamento crítico da realidade e a apreensão fenomenológica da essência dos objetos que buscamos compreender.

Para avançar na argumentação, trazemos o diálogo com Gomes (2014):

É necessário deixar claro que educar para a cidadania não é instruir, politizar e construir saberes, unicamente, por e a partir das razões das classes oprimidas, mas sim uma relação dialética de educação, que visa influenciar positivamente e humanisticamente sobre as injustiças sociais e as suas possibilidades de superação tanto os oprimidos quanto os privilegiados. (Gomes, 2014, p. 78)

Em suma, educar para a cidadania vai além dos muros da escola, sendo uma ação prática e política muito importante, visto que o conhecimento acontece a todo tempo no

cotidiano das crianças. Por esta razão, é fundamental problematizar os conhecimentos prévios dos estudantes na sala de aula. A partir de uma experiência de quase vinte de magistério, constatamos como as aulas tornam-se muito mais interessantes, dinâmicas e prazerosas quando o aluno consegue contribuir com o assunto que ele já conhece.

Concordando com Gonzaga (2022), em seu estudo da cidade, criança e escola na Sociologia da Infância, concluímos que:

Considerando que a criança é um ator social que interage nos espaços da cidade, das instituições, com pares e adultos de seu convívio cotidiano, e, que, a compreensão da criança na cidade, a análise de suas representações e práticas, possibilita um indicativo da vida em sociedade, a partir de um quadro sensível às crianças. (Gonzaga, 2022, p. 22)

Na seção a seguir, traremos algumas questões que foram pensadas e refletidas a partir das oficinas realizadas com o grupo de crianças participantes da pesquisa.

RECONHECENDO O ESPAÇO ONDE VIVEM: “Cadê a minha casa?”

Com o objetivo de ter uma noção mais aprofundada da relação espacial entre moradia, escola e a relação de vizinhança entre as crianças, foi proposta uma oficina específica para a pesquisa, com imagens do Google Maps e de satélites, obtidas pelo *Google Earth*, nas quais a escola em questão encontrava-se centralizada. Concordamos com Paviani e Fontana (2009), ao afirmarem que a oficina é uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação e reflexão, no fazer sentido, sem perder de vista, porém, a fundamentação teórica.

Os estudantes visualizaram as imagens e optaram por fazer a atividade a partir da imagem do *Google Earth*, pois consideraram mais colorida e mais próxima da realidade visual deles. A proposta inicial foi observar e fazer a relação entre a escola e o bairro, inicialmente no aspecto locacional. Além disso, a proposta teve também o interesse de introduzir a discussão a respeito da cidade em que vivem, remetendo à afirmação de Gomes (2014):

Para além dos muros da escola, lançando mão de uma série de olhares interpretativos que partam da própria cidade, pois “partimos da hipótese que a cidade tem assumido um papel de destaque tanto na interpretação de certos fenômenos educacionais como lócus de diferentes práticas educadoras (Gomes; 2014, p. 68).

A partir da escolha, a imagem foi colocada em um papel 40kg (66X96cm) de cor branca, de forma centralizada. A proposta foi que eles destacassem com um ponto vermelho o local de moradia e escrevessem os próprios nomes, para que pudéssemos reconhecer as suas

moradias e as dos colegas de sala. O papel foi colado no chão, de modo que todos conseguissem visualizar ao mesmo tempo.

Retomando a oficina proposta em sala de aula, ficou evidente que foi bastante significativa, pois eles ficaram encantados com o reconhecimento do próprio espaço no qual vivenciam cotidianamente. Eles começaram a identificar a rua principal da escola e, a partir deste ponto, passaram a traçar com os dedos o caminho de suas casas.

Como a imagem retratava apenas as proximidades da escola, algumas crianças que moravam um pouco distante da escola precisaram colocar os pontos vermelhos na imagem de satélite, nas direções em que se encontravam as suas residências.

A partir da atividade, foi possível perceber como as crianças expressaram um grande interesse em analisar mapas. Os estudantes em questão tiveram pouco contato com mapas anteriormente - lembrando que viemos de dois anos de pandemia da Covid-19 - sendo que poucos tiveram acessos aos conteúdos curriculares, sobretudo pelos problemas de acesso às aulas remotas (*on line*) oferecidas pela escola, pois, em face à pandemia do Coronavírus e com o isolamento social iniciado no Brasil, em 16 de março de 2020, as atividades pedagógicas foram suspensas de forma presencial. E a partir da obrigatoriedade de distanciamento social, a escola passou a desenvolver uma política de “apostilamento”, enviando atividades para os lares, juntamente com o incentivo do uso da plataforma digital da educação, com conteúdo e uso de celulares com *WhatsApp*, não sendo feito, porém, de forma igualitária para todos, pois muitos não tinham acesso a esses meios digitais.

Algo interessante que aconteceu no “descobrimento dos mapas” foi que, no dia seguinte da atividade, as crianças, ao participarem da 7ª edição da Festa Literária Internacional de Maricá (FLIM), em Itaipuaçu, receberam *vouchers* no valor R\$150,00 e que poderiam adquirir livros de acordo com as suas preferências. Dos alunos que foram participar da feira literária, quatro deles, assim que chegaram à feira, procuraram por mapas para poder adquirir com seus vouchers. Na aula seguinte, esses estudantes fizeram questão de informar que estavam muito felizes com a aquisição dos mapas, pois eles consideram muito importante se localizar no espaço, se reconhecer e reconhecer suas casas nos territórios da cidade.

Na próxima seção, continuamos a descrição-reflexão referente às oficinas na questão do direito à cidade.

RECONHECIMENTO DO ESPAÇO CASA/ESCOLA E ALFABETIZAÇÃO CIDADÃ

Demos prosseguimento à atividade nas semanas seguintes, sugerindo que as crianças desenhassem seus trajetos casa/escola. Os desenhos apresentaram algumas paisagens que mais marcaram as suas experiências na cidade, adquiridas nos trajetos diários.

Na análise, os desenhos “foram apresentados como fontes indiciárias a chamar a atenção de adultos e as próprias crianças sobre suas infâncias” (Gobbi, 2012, p. 136). A proposição da pesquisa foi conhecer essa linguagem para compreender a leitura da cidade de Maricá a partir das suas lentes infantis. Gobbi (2012) afiança que:

Os desenhos das crianças são apresentados nas perspectivas das Ciências Sociais e dos estudos historiográficos. Sabe-se que ambas se constituem como disciplinas distintas que, ao intercambiarem preocupações e procedimentos, oferecem a possibilidade de visões mais ricas e aprofundadas sobre as relações travadas na sociedade e, nessa abordagem especificamente, no que tange aos conhecimentos relativos à primeira Infância (Gobbi, 2012, p. 136).

A autora afirma ainda que, embora as Ciências Sociais e a História originalmente não tenham focado a infância como um de seus principais objetos de pesquisa, “têm em seus campos teóricos importantes referências para se afirmar que os desenhos das crianças de todas as faixas etárias são como *fontes documentais*, constituindo-se em documentos históricos” (Gobbi, 2012, p.136, grifo da autora).

Na proposta realizada em sala de aula e na análise em foco, consideramos o desenho uma prática social e representacional, um suporte de representações sociais que revelam o universo infantil. Concordamos com Gobbi (2012) ao conceber a criança como construtora de culturas, e seus desenhos são como suportes que revelam aspectos das culturas em que está inserida.

A análise dos desenhos serviu a vários propósitos na pesquisa, permitindo conhecer mais detalhadamente as infâncias da cidade de Maricá, construindo olhares mais apurados e fomentando práticas reflexivas das relações sociais e a percepção de mundo das crianças.

As representações das crianças retratam o cotidiano na cidade. Um dos desenhos que mais chamou nossa atenção foi a representação do chamado “orelhão”, um telefone público instalado nas ruas”, pelo qual a criança gostava de passar sempre em frente e brincar, dizendo que sabia que aquele aparelho já teve muita importância para as pessoas que vivem naquele bairro, pois era uma das poucas formas de se comunicar via telefonia na localidade.

Essa informação representa uma memória afetiva da narrativa de sua mãe, que sempre lhe falou a respeito do uso do *Orelhão* como meio comunicacional. Representa, também, a imaginação da criança que não tem idade para o uso efetivo do telefone, mas imaginava sempre que estava se comunicando com outras pessoas através do aparelho.

Novamente, referimo-nos a Gobbi (2012), pois a autora nos convida a considerar os desenhos como fontes documentais. Esses materiais e dados de pesquisa são, às vezes, elementos de um tempo passado que nos permitem conhecer melhor o presente, devendo ser, portanto, contextualizados.

Esclarecemos que os desenhos analisados não podem ser tomados como verdades históricas, pois entendemos que, assim como as fotografias ou tantos outros documentos, estamos sujeitos a diferentes interpretações. Segundo Gobbi (2012, p. 140), "trata-se apenas de uma verdade iconográfica, rica por excelência, mas que não é cópia fidedigna da realidade".

Não os compreendemos como cópias do real, mas como fontes de reflexão e, conforme sugere a autora, até mesmo transformação do contexto social, histórico e cultural vivido. Assim, concordamos quando ela afirma que o desenho nos mostra algo de si próprio e dos desenhistas que os compuseram, porém, há elementos que estão circunscritos no espaço e no tempo, com significados que os ultrapassam.

A partir dos desenhos, observamos que alguns elementos foram comuns à maioria dos estudantes. Um destaque foi a presença de áreas verdes no caminho entre a casa e a escola, além da passagem pelo *Eucalipto*, lugar no qual se localizava a antiga escola. Este espaço agora é parte de um condomínio, sendo frequentemente utilizado pelos estudantes como área de lazer para jogar bola e conversar.

Outro elemento significativo nos desenhos foi o “Sacolão do Tataí”, bastante significativo por vender frutas e legumes. Sua importância é acentuada por ser um dos poucos comércios próximos e porque o proprietário é um vereador bem conhecido na região. Além disso, a entrada do bairro Spar também é um ponto recorrente nos desenhos das crianças.

Essas representações nos fornecem indícios de que é nesse bairro que se localiza a proximidade com a Rodovia Amaral Peixoto, facilitando o deslocamento para outros pontos de Maricá e de outros municípios. Além disso, a presença de elementos culturais como igrejas, comércios, praças e quadras também é muito recorrente e significativo. Outro aspecto relevante é o relato de um aluno que vive em Cassorotiba, considerado um bairro rural, que destacou em seu trajeto casa/escola principalmente o verde e poucos outros elementos edificados, principalmente equipamentos culturais. Destaca-se também um desenho em que a criança expressa sua percepção da mudança do espaço com a construção de um condomínio voltado para a classe média, situado no caminho da casa/escola.

Concordando com Gobbi (2012), enfatizamos que os desenhos e as fotografias são entendidos como formas expressivas e fontes documentais essenciais para explorarmos diversos aspectos da infância brasileira, e, especificamente em nossa pesquisa, das infâncias de

Maricá. Reconhecemos essas crianças como sujeitos históricos também por meio de suas representações gráficas e representacionais.

Nos desenhos analisados, as crianças desenvolveram o pensamento espacial, um conceito verdadeiramente interdisciplinar, "que pode ser abordado e desenvolvido por diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia cognitiva, a matemática, a geografia, e até mesmo a arquitetura, a medicina e as engenharias, cada uma com objetivos distintos" (Juliasz, 2017, p. 66).

A autora ressalta que o pensamento espacial envolve a mobilização do raciocínio referente ao espaço e às diversas formas de representá-lo. Essas representações, de acordo com a autora, são manifestações do pensamento espacial e podem ser expressas por meio de desenhos, mapas, cartas, dentre outros elementos que compõem a cartografia. No contexto específico de nossa pesquisa, essas representações ajudam a compreender as diferentes percepções da cidade de Maricá pelas perspectivas infantis.

O pensamento espacial está inserido em uma dada cultura, caracterizada pela especificidade das interações entre as pessoas. Este aspecto é importante para compreender os desenhos das crianças, pois trazem influência do meio social e da cultura, além da análise de como os conceitos se desenvolvem de mediado pela fala na interação criança-criança e adulto-crianças (Juliasz, 2017, p. 67).

Nessa atividade, observamos a representação do imaginário infantil e suas percepções do espaço vivenciado cotidianamente na cidade de Maricá. A autora alerta para a compreensão de que as habilidades de raciocínio espacial não começam apenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois, desde muito cedo, a criança se relaciona com objetos, lugares e pessoas, tanto por meio da fala quanto pelas ações, com deslocamento e manipulação de objetos, além de suas brincadeiras, que ajudam na organização espacial.

Dessa forma, a pesquisa buscou compreender junto às crianças parceiras da pesquisa alguns conceitos importantes na geografia, que são construídos em suas práticas espaciais no território, e representados através dos desenhos realizados nas oficinas, tais como localização, escala, proximidade e distância, espaço vivido e praticado, longe, perto e muitos outros.

À GUIA DE CONCLUSÃO

*A atração pela infância pelo
inacabamento foi o maior legado que recebi.
Por isso, devolvo, em reconhecimento, tudo*

*que me fez como estou e sou, quando cada
uma destas linhas é redigida.*

(Jader Janer Moreira Lopes, 2021)

Em diálogo com a epígrafe acima, afirmamos o nosso desejo em estudar as infâncias principalmente pelo viés de seu inacabamento, pelas suas vivências e pela importância desses estudos que carregamos para a nossa vida adulta e de pesquisadoras. Assim como o autor, compreendemos que ao estudar sobre/com crianças devemos sempre buscar uma dimensão ético-política, compreendendo um pouco mais desse inacabamento. Essa busca pelos estudos das infâncias em nossas pesquisas se dá principalmente por entendermos a boniteza humana (Freire, 1996) a partir das crianças.

A pesquisa realizada com um grupo de crianças maricaenses de uma escola pública permitiu investigar, à luz da *Geografia das Infâncias* (Lopes, 2008, 2018), as leituras e práticas espaciais dessas crianças. A oportunidade de conhecer o cotidiano e as formas como elas apreendem o lugar em que vivem revelou a maneira crítica como elas percebem a cidade, sobretudo o crescimento não planejado da cidade de Maricá. Neste processo, destacamos a importância de escutá-las, compreendendo suas falas como uma potência e um *inédito viável* (Freire, 1979), pois serão elas que viverão mais tempo na cidade, podendo desenvolver uma relação de pertencimento e cuidado com o seu território (Tavares, 2003).

Assim, foi possível conhecer, ainda que de maneira não tão aprofundada, as vivências e memórias das crianças em relação à cidade. Elas destacaram suas casas nos desenhos, as quais apresentam uma representatividade significativa em suas memórias afetivas. Além disso, a representação da escola na qual estudam teve destaque, evidenciando o significado que o contexto escolar representa para elas.

Enquanto professoras e pesquisadoras compromissadas com a infância e o direito à cidade, insistimos em apostar em ações de diálogo e de parceria com esses sujeitos, crianças e suas famílias em seus territórios de vida, potencializando oportunidades de materialização de processos formativos indissociáveis a um projeto de cidade menos desigual, menos fragmentada, menos violenta e racista, enfatizando o papel de inclusão territorial que a escola pode realizar. Reiteramos que pesquisar as possibilidades educativas e epistemológicas da cidade e suas repercuções “no mundo da escola” nos desafia a afirmar que é principalmente na cidade polifônica, transitando na vasta paisagem urbana das letras, que poderemos recriar experiências urbanas inspiradas no compartilhamento de uma cidade mais acolhedora para todos e todas os/as seus/suas moradores/as. Justificamos a pertinência de nosso estudo a partir

da potência da cidade em acolher a multiplicidade de vidas territorialmente diferentes, com igualdade e justiça social (Tavares, 2019). Mas para que esse acolhimento aconteça, é fundamental que a escola e a cidade se abram para diálogos mais sistemáticos e planejados, e para práticas espaciais pensadas e garantidas tanto no acesso cotidiano ao território, quanto nas leis. Mas essa já é outra reflexão, outro texto, outros contextos de pesquisa e aprofundamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese de indicadores, 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese de indicadores, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/crianças/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-crianças-brasileiras.html>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 05 de março de 2023.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: Leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução de OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25^a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOBBI, Márcia. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, p. 135-147, jan./mar. 2012.

GOMES, Marcus Vinícius. Para além dos muros da escola: a relação cidade-educação em debate. **GIRAMUNDO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 67-80, jul./dez. 2014.

GONZAGA, Rúbia Renata das Neves. **Caminhar pelas ruas da cidade:** sensibilidade e aprendizagens no trabalho pedagógico com as crianças. 2022. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2022.

GUALBERTO, Andresa Rohem; SILVA, Silvana Cristina. Cidade, Gênero e Classes Sociais. In: ENANPUR, 18., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal, RN: ENANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=451>. Acesso em: 27 dez. 2024.

JULIASZ, Paula Cristiane Strina. **O pensamento espacial na educação Infantil:** uma relação entre Geografia e Cartografia. 2017. 257 f Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia e Educação Infantil:** espaços e tempos desacostumados. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia das crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Contexto & Educação**, Ijuí, Unijuí, ano 23, n. 79, p. 65-82, jan./jun. 2008.

LOPES, Jader Janer; VASCONCELLOS, Tânia. **Geografia da Infância.** Juiz de Fora: Feme Edições, 2013.

LOPES, Jader Janer Moreira. *Terreno Baldio. Um livro sobre balbuciar e criançar os espaços para desacostumar geografias. Por uma teoria sobre a espacialização da vida.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso:** Ensaios de Sociologia de História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago. 2009.

QUEVEDO, Camila. **Lugaridade dos espaços públicos das cidades em expansão:** o caso Maricá. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2018. 116 f.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, MILTON. **Pensando o espaço do Homem.** São Paulo: Editora da USP, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto; ENS, Rominda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo (org.). **A sociologia da infância e a sociedade contemporânea:** desafios conceituais e praxeológicos. Curitiba: Champagnat, 2013, p. 13-46.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os pequenos e a cidade:** o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. 258 f.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **A poética do espaço escolar:** algumas questões sobre o refeitório escolar como espaço de educação popular de crianças em periferia urbana. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2013, Porto de Galinhas. GT06 – Educação Popular. **Anais** [...]. Porto de Galinhas, 21-24 out. 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT06%20Trabalhos/GT06-2183_int.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

Tavares, Maria Tereza Goudard Tavares. **Pensando a Formação de Professores das infâncias a contrapelo:** desafios contemporâneos da formação de docentes em periferias urbanas. In: MARTINS, Denise Alves; CARRIJO, Melissa Cícera Bessa; ROLIM, Carmen Artioli (Orgs). Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015. [Livro eletrônico].